



MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

folha

ATA N º 07/ AM /2023

ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA DEZOITO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS -----

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três reuniu, pelas vinte e uma horas, na Fundação Caixa Agrícola Costa Azul, em Santiago do Cacém a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém com a seguinte:

-----ORDEM DO DIA:-----

1. Expediente-----

2. Ata -----

3. Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal.-----

4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

- a) Grandes Opções do Plano e Orçamento 2024/2028.-----
- b) Mapa de Pessoal 2024.-----
- c) Apoio às Freguesias do Município de Santiago do Cacém – Ano de 2024.-----
- d) Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências na área da Educação nos Agrupamentos de Escolas de Cercal do Alentejo, Prof. Arménio Lança (Alvalade), de Santiago do Cacém e de Santo André e respetivas Adendas – Revogação dos Contratos em vigor e aprovação de novos Contratos.-----
- e) Assunção de compromisso plurianuais – empreitada de execução de revestimento duplo, em caminhos no Concelho.-----
- f) Subscrição de licenciamento de Software de produtividade.-----
- g) Aprovação da versão final do Projeto de Regulamento do Prémio Literário Escolar – Escrever com Prazer do Município de Santiago do Cacém. -----

5. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----

Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Manuel Botelho Mourão, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Ana Harea, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Carmen Sofia Martins Figueira, Maria Teresa Pereira Machado Branco, Mário André dos Santos Mateus, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, Quitéria Graça Marques Gaspar, António Mário Conceição da Costa, Rui Miguel Pereira Candeias, Francisco Alfeirão Rodrigues, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Ricardo Jorge da Cruz, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro dos Santos Beijinha e dos Senhores Vereadores Albano Joaquim Mestre Pereira, Artur Manuel Fernandes Ceia, Luis Filipe dos Santos e Mónica Fialho Pires de Aguiar. -----



Não compareceram os membros: Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva e Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira.

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA

A Senhora Paula Maria Daniel de Melo Lopes, deu conhecimento de que o Senhor Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, se fazia substituir pelo Senhor **António Manuel Alves Gamito de Matos**, de que o Senhor Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, se fazia substituir pelo Senhor **Luis Manuel Alves Henriques**, a Senhora Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, eleita da PS, se fazia substituir pela Senhora **João Pedro da Silva Teixeira** e que o Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira, eleito do CHEGA, se fazia substituir pelo Senhor **Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro** e que se seguem *imediatamente na ordem das respetivas listas*, em conformidade com o previsto no artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, deu conhecimento que no dia seis de novembro do corrente ano, foi informada através da Ata nº 4/AFSFS/2023 da alteração da composição do executivo da Junta de Freguesia de São Francisco da Serra, em virtude do pedido de suspensão de mandato do Senhor Hélder da Silva Pereira, Presidente da Junta de Freguesia, em conformidade com o disposto no artigo setuagésimo sétimo da Lei cento e sessenta e nove de mil novecentos e noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redação da Lei cinco – A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, estando presente na Sessão da Assembleia Municipal o Senhor Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, que de acordo com o disposto no artigo setuagésimo nono e artigo quadragésimo quarto da mesma Lei, foi verificada a legitimidade do eleito de acordo com os resultados eleitorais constantes da Ata de Apuramento Geral e a sua identidade pela exibição do Cartão de Cidadão.

ACEITAÇÃO DE FUNÇÕES:

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes chamou o Senhor Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, para o Ato de Aceitação de Funções, como membro da Assembleia Municipal por inherência, que após o Ato passou a fazer parte na respetiva Sessão da Assembleia Municipal.

ANTES DA ORDEM DO DIA:

OBRAS NA FERROVIA

O Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, questionou, se a Câmara Municipal tem feito diligências no sentido de pressionar a empresa CP- Comboios de Portugal, para que as obras que estão em execução possam ser realizadas no menor tempo possível, tendo em conta o transtorno que causam no acesso à cidade de Santiago do Cacém.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que tem havido um contacto permanente com as Infraestruturas de Portugal, SA, manifestado o desagrado pelo atraso da obra, embora reconhecendo as dificuldades que atualmente as empresas têm em conseguir cumprir os prazos, a Câmara Municipal tem assiduamente



pressionado o dono da obra (IP.SA) para que a obra seja concluída o mais breve possível.

VARIANTE A SANTIAGO DO CACÉM

O Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, questionou, se a Câmara Municipal tem feito diligências e qual o ponto de situação relativamente à variante a Santiago do Cacém.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que a construção da variante a Santiago do Cacém, é da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, SA, acrescentando que a Câmara Municipal há muitos anos que tem este projeto definido no Plano de Urbanização e sempre que há uma reunião com responsáveis do Governo é colocada esta questão.

ILUMINAÇÃO DE NATAL

O Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, referiu que a iluminação de Natal no Município está bonita, questionando qual os custos associados à instalação da mesma.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que foram vários os municípios que elogiaram a iluminação de natal deste ano, em relação valores que foram gastos referiu não ter dados, no momento, para poder dar essa informação.

OBRAS NA LOJA DE CIDADÃO

O Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, questionou, sobre o ponto de situação das obras na Loja de Cidadão.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que a obra tem sido acompanhada com regularidade, pela Agência da Modernização Administrativa, que esteve hoje na obra e transmitiu que a mesma deverá estar concluída em janeiro ano e que em julho do próximo esteja em funcionamento.

OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM MUNICIPAL E ZONA ENVOLVENTE

O Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, questionou, sobre o ponto de situação e para quando está previsto o termo das obras de Requalificação do Jardim Municipal e da Zona Envolvente.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que as obras estão com algum atraso, devido a vários fatores, como a falta de mão de obra, atrasos na entrega de materiais, problema que é geral e que afeta todas as obras no país.

OBRAS NO BAIRRO DOS SERROTES – VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ

O Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, questionou, sobre o ponto de situação das obras no Bairro dos Serrotes em Vila Nova de Santo André.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que a situação desta obra é semelhante à obra mencionada anteriormente, também está com atraso e pelos mesmos motivos.

PORUGAL 20/30

O Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, questionou se houve por parte da Câmara Municipal, alguma negociação com a CCDRA-Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, sobre as verbas Portugal 20/30 que estão

disponíveis e quanto o Município de Santiago do Cacém poderá receber verbas e para que projetos. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que infelizmente o processo ainda não está fechado, facto não se deve aos cinco Municípios que integram a CIMAL-Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, mas sim à CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, acrescentando que a expectativa inicial era muito diferente do que foi agora apresentando e que espera que este processo seja fechado o mais breve possível.-----

POSTO DA GNR DE ERMIDAS SADO

O Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, questionou sobre o ponto de situação do Posto da Guarda Nacional Republicana de Ermidas Sado.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que a Câmara Municipal disponibilizou um edifício do Município em Ermidas Aldeia, para a instalação transitória do Posto da GNR, até que haja um edifício para a instalação definitiva do Posto, atualmente a GNR está a funcionar naquela localidade com um posto móvel. Salientando que mais uma vez se não fosse a intervenção das Autarquias, a GNR de Ermidas Sado ficaria sem esta Força de Segurança. -----

PLANO DE REQUALIFICAÇÃO DAS ESCOLAS

O Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, referiu que no Plano de Requalificação de Escolas saiu uma listagem com as escolas que irão ser requalificadas, onde não constam a Escola Básica Professor Arménio Lança em Alvalade e a Escola Básica 2/3 em Santo André, tendo questionado se o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha conhecimento do motivo destas escolas não terem sido contempladas. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que houve um compromisso do governo com a Associação de Municípios Portugueses, que todas as escolas que fossem transferidas para os Municípios tinham a garantia de financiamento, no entanto a Escola número um de Santo André não constava na listagem das escolas a requalificar, situação que a Câmara Municipal questionou, tendo tido conhecimento posteriormente que iria ser dada prioridade à Escola Padre António Macedo, em Vila Nova de Santo André. -----

Referiu ainda que a Câmara Municipal já tem o projeto do Parque Escolar, que quando foi executado o valor das obras a realizar rondava milhões de euros, valor que atualmente seria muito superior, mesmo fazendo uma reformulação do projeto de forma a que o valor possa ser mais baixo, será sempre uma verba bastante significativa, tendo em conta que a verba disponibilizada para o Alentejo será de trinta e cinco a quarenta e cinco mil de euros, parte significativa desta verba será para as obras a realizar na Escola Secundária Padre António Macedo, em Vila Nova de Santo André. -----

ANTIGO CICLO DE SANTO ANDRÉ

O Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, referiu que com a construção da Escola Básica dois/três, deixaram ser lecionadas aulas no edifício do antigo ciclo, espaço que foi cedido ao Centro de Atividades Pedagógicas Alda Guerreiro e posteriormente também a outras entidades, tendo a Escola Secundária Padre António Macedo a competência de fazer a gestão daquele equipamento. -----

Referiu ainda que com a transferência de competências, gostaria de saber quem irá fazer a gestão daquelas instalações, salientando que é um espaço com algum significado e que deveria ficar definido a quem pertence e aquém compete fazer a gestão. Salientando que

X

em seu entender aquelas instalações deveriam ficar sobre a alçada do Município para poder funcionar como complemento da Escola Padre António Macedo. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que aquelas instalações não constam na listagem de transferências para o Município, e por isso não é responsabilidade da Câmara Municipal, mas da Administração Central, do Ministério da Educação que poderá fazer ou delegar a gestão daquele estabelecimento. -----

O Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, referiu que após a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, ficou a saber que não pretende que o Município tenha mais património, porque dar ao desbarato um edifício que é do Estado e que está acoplado à ESPAM. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que o Município de Santiago do Cacém não aceita presentes envenenados, salientando que o Estado tem património devoluto a necessitar de obras, e agora pretende entregar esse património às Autarquias para que estas realizem obras sem ter financiamento. Por esse motivo o Município de Santiago não aceita este tipo de encargos. -----

AMBITAL-INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO E.I.M-----

O Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, questionou sobre o que está a acontecer na AMBITITAL-Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM, segundo teve conhecimento a uma das linhas de separação de lixo, que foi paga com Fundos Europeus, deixou de funcionar e que também alguns carros de recolha de resíduos não estão a funcionar o que tem causado alguns problemas. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que a AMBITITAL-Investimentos Ambientais no Alentejo EIM, tem problemas complexos há vários anos, que têm reflexos diretos em cada um dos sete municípios que compõem o sistema. Salientou ainda que foram feitas chadas de atenção, por parte dos Municípios, no sentido de resolver os problemas, tendo a empresa tomadas medidas recentemente no sentido de melhorar o funcionamento, nomeadamente com a alteração do responsável pela gestão, por outra pessoa com habilitações e com experiência na área. -----

O Senhor Vereador Albano Pereira, referiu que o equipamento que foi financiado está quase todo a funcionar, existe alguns problemas de manutenção, no entanto estão a ser tomadas medidas para a resolução do problema. -----

Acrescentou ainda que houve alguns problemas na recolha de recicláveis, que foi resolvido com o reforço de ecopontos por parte da empresa com a colaboração das Autarquias. Em relação às viaturas o problema tem a ver com o facto de a empresa não conseguir trabalhadores, mesmo pagando salários superiores aos da Função Pública. ----

Mais acrescentou que também com a recolha de lixo com as viaturas do Município, houve alguns problemas, devido a avarias, para resolver o problema houve a necessidade de realizar dois turnos, um no período da manhã e outro no período da tarde, estado neste momento a situação normalizada. -----

PUBLICITAÇÃO DE MOÇÕES -----

O Senhor Vasco Lopes da Silva, eleito do PS, referiu que tal com referiram, há alguns meses, que as Moções não estavam publicitadas na Página do Município, agora gostariam se congratular pelo fato de já ser possível ter acesso às mesmas. -----

Pela Senhora Maria Teresa Pereira Machado Branco, eleita pela Coligação Santiago do Cacém Mais, foi apresentada a seguinte proposta de Recomendação:--
“RECOMENDAÇÃO-----

Criação de Creches Municipais

Nos dias de hoje, a necessidade de uma creche é um direito de toda e qualquer criança, independentemente da classe social, cor ou sexo. Segundo a Lei de Bases do sistema Educativo (Lei 46/86 de 14 de Outubro), a educação infantil é a primeira etapa da Educação Básica que tem por finalidade o desenvolvimento integral de crianças dos zero aos seis anos de idade, em creches (3 meses aos 3 anos) e jardins-de-infância (3 anos aos 6 anos), compreendendo os aspectos físicos, sociais, cognitivos, emocionais e afetivos.

Com as transformações ocorridas na sociedade, onde ambos os progenitores estão inseridos no mercado de trabalho, surge a necessidade de entregar os filhos desde muito cedo aos cuidados de outrem fora do agregado familiar. São consideradas como um recurso essencial para a comunidade, actuando ao serviço da família com a função de cuidar e educar a criança.

A tomada de decisão de mudança de residência, fixação ou local de trabalho, nos dias de hoje, passa com grande peso para os locais onde exista oferta educativa, estando assim completamente alinhado e proporcional ao aumento da natalidade e no desenvolvimento de uma determinada localidade ou região.

São vários os municípios que, devido a essa escassa oferta, optaram pela criação destas creches. Podemos dar o exemplo das Câmaras Municipais da Amadora, Mafra, Ponte de Lima, entre tantas outras. A Câmara Municipal de Ponte de Lima anunciou no passado mês a criação de mais duas novas creches, na freguesia de Granja (freguesia com 4,32 Km2 e 1065 habitantes, segundo Censos de 2021) e São Pedro de Arcos (freguesia com 14,43 Km2 e 602 habitantes, segundo Censos de 2021), com 100 vagas, num investimento estimado em 240 mil euros, financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Prevê ainda a construção de uma terceira creche, igualmente com financiamento do PRR na freguesia de Anais (freguesia com 7,66 Km2 e 1027 habitantes, segundo Censos de 2021). Algumas destas creches apresentam inclusive horários alargados (7h30 às 19h30) de forma a permitir conciliar os diferentes horários de trabalho e turnos dos progenitores.

Sendo a Câmara Municipal de Santiago do Cacém conhecedora da oferta inexistente de creches em algumas freguesias no Concelho, surge a necessidade de adoptar boas práticas como as mencionadas anteriormente, de forma a fixar e remeter população jovem e activa, incentivar ao aumento da natalidade e contribuir para que as empresas escolham as freguesias do município por existirem essas mesmas pessoas. De facto, tem-se verificado um aumento de população jovem nos concelhos vizinhos devido a este e outros factores de cativação dessas faixas etárias.

Com a aprovação pela Comissão Europeia da revisão do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) de Portugal apresentada pelo Governo português em maio de 2023, este plano passa a contar com um reforço das verbas destinadas aos investimentos nos vários domínios, em concreto na requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais, alteração que tem em conta a elevada inflação e o impacto da guerra. Registe-se uma aposta no “**Fortalecimento do Estado Social**” nos mais variados domínios, nomeadamente no aumento de lugares em Creche.

Neste contexto, é aberto pelo Aviso N° 09/C03-I01/2023 – Requalificação e Alargamento da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais uma fase para apresentação de candidaturas **com objetivo de se alcançar cerca de 12.000 novos lugares, na resposta social Creche.**

O referido aviso destina-se a:

. Obras de construção de raiz;

JP

- . Obras de remodelação, ampliação e adaptação das infraestruturas; -----
- . Obras que promovam a reconversão de equipamento para desenvolvimento de novas respostas sociais com vista a responder às necessidades territoriais diagnosticadas; -----
- . Aquisição de imóveis ou fração e a respetiva adaptação para instalação de equipamentos sociais. -----

O montante financeiro disponível é de € 48.375.000 euros. -----

O período para apresentação das candidaturas tem início a **7 de dezembro de 2023** e **encerra a 31 de janeiro de 2024 pelas 17:59:59.** -----

Os eleitos pela Coligação Santiago do Cacém Mais, recomendam que a Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária em 18/12/2023 delibere e aceite a presente recomendação, de modo a Câmara Municipal de Santiago do Cacém apresente candidatura ao Concurso PRR – Creche (nº 09/C03-i01/2023)”. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, colocou a recomendação a discussão...
Interveio a Senhora Margarida Santos, eleita do CDU, que referiu existirem pressupostos na recomendação que certamente todos concordam, no entanto, considerou que remeter esta recomendação à Câmara Municipal de Santiago do Cacém, seria uma desresponsabilização do Estado de numa competência que é sua. -----

Referiu ainda se a recomendação fosse dirigida ao Estado Português e particularmente ao Ministério da Segurança Social votariam favoravelmente, por considerar que se deve promover para que haja um Estado mais forte, capaz de satisfazer as necessidades e criando condições para as pessoas, nomeadamente com a abertura de mais creches, isso sim seria um incentivo à natalidade. -----

O Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, referiu que este é um assunto preocupante, quer o apoio à infância quer à terceira idade, que terá de passar necessariamente por um partilhar de responsabilidades do Estado Central e das Autarquias Locais, que poderá ser através das CIMs- Comunidades Intermunicipais e em colaboração da ANMP- Associação Nacional de Municípios Portugueses. Salientou ainda que esta é uma questão pertinente, as Câmaras Municipais que tenham disponibilidade financeira e que já tenham ultrapassado a fase da instalação do saneamento, das pavimentações e da construção de rotundas, deveriam estar disponíveis para avançar para o passo seguinte, o apoio à Infância e à Terceira Idade. Salientando que as Autarquias não devem ficar a aguardar que o Poder Central resolva, devem também tomar a iniciativa e dar o primeiro no sentido de suprimir as carências das populações. -----

Referiu ainda que a responsabilidade é grande, os financiamentos terão de acontecer e existe sessenta e seis milhões de euros do PRR, que a CCDR disponibilizou para as autarquias Locais. -----

O Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, referiu que tem de haver uma articulação entre o Poder Central e o Poder Local, para resolver os problemas que afetam as populações de forma a dar uma resposta prioritária e urgente às necessidades. Acrescentou ainda que para as pessoas trabalharem é necessário que existam locais com dignidade onde possam deixar os filhos, devendo as Câmaras Municipais tomar a iniciativa em articulação com a Segurança Social, como algumas já o fizeram, em que entram com o projeto e o espaço e aproveitando as verbas do PRR e executam as obras, verbas que também que a Câmara Municipal de Santiago do Cacém deveria aproveitar. -----

Mais referiu que o PS apoia a recomendação apresentada pela Coligação Santiago do Cacém Mais. -----

A Senhora Maria Teresa Branco, eleita pela Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que na recomendação não retiram a responsabilidade do Poder Central, o que

consideram é que as Autarquias têm o dever de selar pelos seus municípios e se existe forma de aceder a um apoio através de uma candidatura para a construção de creches, quando o Município tem necessidade deste equipamento, considera que a recomendação apresentada faz todo o sentido. -----

O Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, referiu que quando mencionou as verbas do PRR são para a construção de equipamentos, ficando as autarquias com os custos de funcionamentos das unidades, estes custos de funcionamento devem ser articulados num processo de descentralização e de negociação com o Poder Central. ----

A Senhora Margarida Santos, eleita do CDU, referiu que o Município de Santiago do Cacém preocupa-se com os seus Municípios, se o Poder Central também se preocupasse, teria acautelado esta situação há muito tempo, mas não o fez e agora tentar empurrar para as autarquias para que sejam estas a resolverem os problemas. -----

Referiu ainda que o Município de Santiago do Cacém sempre tem colaborado com o Poder Central, nomeadamente cedendo terrenos para a construção de infraestruturas e equipamentos, situação que também teria acontecido, caso o governo pretendesse construir uma creche. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que os Fundos Comunitários têm regras e não existe verbas destinadas para a construção de creches, salientando que são poucas as autarquias no país que assumiram essa responsabilidade.

Mais referiu que as autarquias, e nomeadamente a de Santiago do Cacém, sempre tem sido solidária e apoiado o Estado Central na construção de equipamentos, sendo vários os exemplos, no entanto não pode assumir uma responsabilidade que é uma competência que não é sua, desresponsabilizando o poder central de uma competência que lhe pertence, disponibilizando verbas que depois não tem para fazer aquilo que é da sua competência. -----

Referiu ainda que não é só fazer as instalações para creches, é necessário também fazer a gestão, contratar educadores e funcionários. -----

Salientou ainda que a Câmara Municipal, no que respeita a Educação sempre foi além do que são as suas competências, nomeadamente no Pré-escolar e no Apoio à Família que são totalmente gratuitos, também nos Transportes Escolares, nas Refeições Escolares e no Material Escolar, em que o Município de Santiago do Cacém, foi um dos Municípios pioneiros no apoio nestas matérias. -----

Em relação aos avisos para Financiamento destes equipamentos, duas IPSS-Instituição Particular de Solidariedade Social do Município, estão a preparar candidaturas, para entregar até trinta e um de janeiro, salientando que uma das IPSS está a elaborar um projeto para vir a ser implementado em terrenos que foram cedidos pelo Município. ----

O Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, referiu que o financiamento para as creches é do PRR- Plano de Recuperação e Residência e termina em dois mil e vinte seis. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a recomendação a votação, a qual foi rejeitada, por maioria, com dezasseis contra das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Moraes Ribeiro Gonçalves. -----


Doze votos a favor, sendo sete das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Manuel Botelho Mourão, Ana Harea, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, João Pedro da Silva Teixeira, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, António Mário Conceição da Costa e Ricardo Jorge da Cruz, quatro das e dos eleitas/os da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/a/e/s, António Manuel Alves Gamito de Matos, Luis Manuel Alves Henriques, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues e um do eleito do Chega Senhor Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro.----

AUSÊNCIA TEMPORÁRIA: da Senhora Carmen Figueira, eleita do BE.-----

DECLARAÇÃO DE VOTO: Pela eleita da CDU, **Senhora Margarida Santos**, foi apresentada a seguinte Declaração de Voto: “Os eleitos da CDU votam contra a proposta apresentada pela Coligação Santiago do Cacém Mais que recomenda à Câmara Municipal a criação de creches sociais na medida em que esta não se trata objetivamente de uma responsabilidade da Câmara Municipal. -----

Devem as creches, porque são um direito à infância e uma necessidade das famílias, constituir uma resposta social do Estado. Remeter o assunto para a Câmara configura, uma vez mais, a desresponsabilização do Estado nas suas competências e responsabilidades perante as famílias. -----

Consideramos que o destinatário desta recomendação deve ser, sem dúvida, o Estado português o que nos levaria a aprovar a presente ideia pelas razões que invocámos anteriormente.-----

Manifestamos também a nossa preocupação pela questão dos horários alargados (ex. 7h30/19h30), considerando que os horários de trabalho dos pais devem ser adaptados evitando a permanência das crianças por largos períodos de tempo. -----

Pela Senhora Carmen Sofia Martins Figueira, eleita do BE, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:-----

“MOÇÃO-----

Perante o falhanço da estratégia do Governo, exige-se uma Transição Justa! -----

Com a demissão do Primeiro Ministro, a decisão do Presidente da República em dissolver a Assembleia da República e eleições anunciadas para 10 de março, abre-se um novo ciclo político.-----

As pesadas suspeitas de corrupção e de promiscuidade entre o poder político e os interesses económicos exigem da justiça celeridade nas investigações. Perante uma situação que envergonha o país e a região, exige-se o esclarecimento cabal da situação, para daí retirar as devidas consequências. Quem aqui vive e trabalha não merece esta lamentável situação. -----

De qualquer forma, independentemente do que a justiça apurar, ficou evidente a crise política provocada pela arrogância do governo, que quis impor à região de Sines uma estratégia de desenvolvimento feita à medida dos grandes interesses económicos, sem qualquer proteção do interesse público, à revelia das populações, baseada numa (falsa) transição energética e digital, antidemocrática, sem qualquer respeito pelas pessoas, pelos territórios e ecossistemas e que não corta emissões, está ao serviço de uma expansão energética, única e exclusivamente para alimentar o “Industrial Plan – GreenDeal” determinado pela União Europeia e fundada no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). -----

Projetos como o Data Center e o Hidrogénio “Verde” são expressão desta estratégia de reestruturação produtiva feita em nome de uma alegada sustentabilidade ambiental e progresso, mas o resultado tem sido o aumento do custo de vida com especulação

imobiliária e desemprego como se verificou com o encerramento da Central Termoelétrica de Sines, e a que o opaco Fundo de Transição Justa não responde.----- Indissociáveis, feitos à medida destas novas indústrias de grande exigência energética e da maximização do lucro, são os megaprojetos de produção de energia renovável que se prevêem para a região, como o Parque Eólico de Morgavel, a mega Central Fotovoltaica THSiS e do Cercal, e as duas Linhas de Muita Alta Tensão associadas, legitimamente contestados pelas populações, que não atendem aos interesses das populações e do território, não são inevitáveis e muito menos negociáveis. ----- Assim, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém reunida a 18 de Dezembro de 2023, delibera: -----

- 1- Exigir a suspensão dos projetos, Central Fotovoltaica THSiS, Cercal, Parque Eólico de Morgavel e Linhas de Muito Alta Tensão associadas; -----
- 2- Manifestar a urgência da discussão pública, com transparência e democracia, das opções e os projetos que melhor servem o país, a região e uma Transição Justa com justiça social e ecológica; -----
- 3- Defender o combate à crise climática e a aposta nas energias renováveis como elemento fulcral para cortar emissões, reduzir a dependência fóssil e reduzir o preço da energia, através da produção pública e descentralizada. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, colocou a moção a discussão. ----- Interviu o Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, referiu que a moção apresentada pela eleita do Bloco de Esquerda, contém alguns considerandos que rejeita. Salientando que desde a década de setenta, foram direcionados investimentos industriais para Sines, os investimentos que estão a decorrer e os que estão previstos para o Município de Sines, em nada beliscam as questões ambientais, de fundo e estruturais, salientando que são investimentos na ordem dos três mil milhões de euros que virão para Portugal e que irão colocar o nosso país no pelotão da frente dos países com a tecnologia mais avançada. -----

Mais referiu que em relação às acusações de corrupção que foram referidas Moção, são acusações que não transitaram em julgado e algumas foram mesmo consideradas sem fundamento. -----

Referiu ainda que gostaria de saber se a Senhora Carmen Figueira, eleita do BE, é contra à instalação de energias renováveis, dado que no final da moção apela para a existência de energias renováveis e que se substitua o petróleo. Salientando que este é um tema que a sociedade ocidental terá de debater, é um passo que teremos de dar, mas que será difícil, porque ao olharmos à volta quase tudo é construído com petróleo e como é que a sociedade irá conseguir sobreviver se eliminar o petróleo. -----

A Senhora Carmen Figueira, eleita do BE, referiu estar surpreendida com o que foi referido pelo eleito do Partido Socialista, salientando que o que está em causa é uma questão de fundo e mais abrangente, os projetos megalomanos visam apenas o lucro de poucos. Salientando que estes os projetos de energias renováveis não descarbonizaram nada, questão sobre a qual todos devem refletir, o consumo individual só se faz, na medida em que os governos regulamentam a indústria. A Esquerda e o Bloco de Esquerda, em particular, não são contra a industrialização, estão contra aos megaprojetos que depredam as regiões e que pagam valores miseráveis às populações, que com os salários que recebem não têm condições para ter uma vida digna. -----

O Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, referiu que Portugal funcionou uma semana sem energias fósseis, apenas com energias renováveis. Além disso a fatura energética que é paga pelos Portugueses é inferior à dos restantes europeus, devido ao

esforço que o País fez no investimento em energias renováveis, isto foi devido a um projeto do Partido Socialista liderado pelo então Primeiro Ministro José Sócrates. ----- Referiu ainda que os megaprojetos empregam milhares de pessoas, quer na construção, quer na laboração, empregos altamente qualificados e se não queremos que os nossos jovens emigrem, teremos de ter estes projetos. Em relação aos vencimentos os valores dos salários devem ser negociados entre a empresa e os sindicatos, salientando que em democracia é assim que o sistema funciona. -----

Referiu ainda não entender como se quer ter mais emprego, mais vencimentos, mais regalias, mais saúde, mais educação e não se quer empresas e investimento. -----

A Senhora Carmen Figueira, eleita do BE, referiu o que leu, foi que Portugal com o que produz de energia verde daria para viver uma semana sem energia fóssil, o que é diferente de dizer que Portugal viveu uma semana sem energia fóssil. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta de moção a votação, a qual foi rejeitada, por maioria, doze votos contra, sendo sete das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Manuel Botelho Mourão, Ana Harea, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, João Pedro da Silva Teixeira, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, António Mário Conceição da Costa e Ricardo Jorge da Cruz, quatro das e dos eleitas/os da Coligaçao Santiago do Cacém Mais, Senhor/a/e/s, António Manuel Alves Gamito de Matos, Luis Manuel Alves Henriques, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues e um do eleito do Chega Senhor Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro. -----

Dezasseis abstenções das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves. -----

Um voto a favor, da Senhora Carmen Figueira, eleita do BE. -----

Pelo Senhor João Alberto Machado Guerreiro, eleito da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção: -----

“MOÇÃO”-----

Pela paz no Médio Oriente e solidariedade com a Palestina-----

A situação no Médio Oriente é de extrema gravidade e urgência. Há dois meses, Israel lançou uma ofensiva brutal e desproporcional contra a Faixa de Gaza, causando milhares de feridos e mortos, na sua maioria civis inocentes, incluindo mulheres e crianças. Os ataques do Hamas, sendo obviamente condenáveis, não podem servir de pretexto para Israel castigar colectivamente um povo inteiro. Além disso, Israel continua a ocupar ilegalmente os territórios palestinianos da Cisjordânia e de Jerusalém Oriental, violando as resoluções da ONU e os direitos humanos do povo palestiniano, que sofre há décadas com a opressão, a colonização, a discriminação, a violência e a limpeza étnica. -----

Esta agressão israelita é condenável e intolerável, e representa uma ameaça à paz e à segurança na região e no mundo. É, portanto, um imperativo moral e humanitário que esta Assembleia manifeste a sua solidariedade com a Palestina e o seu povo, e que exija o fim imediato da guerra e do genocídio perpetrados por Israel. -----

A solução para o conflito passa pelo respeito pelo direito internacional e pela vontade das partes envolvidas. A Assembleia Geral da ONU, na Resolução nº 181, de 1947, defendeu a partilha da Palestina em dois Estados: o da Palestina e o de Israel. A OLP (Organização de Libertação da Palestina) declarou, em 1988, o estabelecimento do estado da Palestina, de acordo com as fronteiras anteriores a 1967, no cumprimento integral das resoluções do conselho de Segurança da ONU. Estas são as bases legítimas e reconhecidas para uma solução justa e duradoura, que garanta a coexistência pacífica e a soberania de ambos os Estados.

No entanto, Israel tem ignorado e violado sistematicamente estas resoluções, recusando-se a reconhecer o Estado da Palestina, a retirar-se dos territórios ocupados, a suspender a construção de colonatos ilegais, a libertar os presos políticos, a levantar o bloqueio a Gaza, a cessar a violência e a repressão, e a negociar de boa-fé uma solução pacífica. Israel tem contado com o apoio e a cumplicidade de alguns países e organizações internacionais, que têm sido coniventes com a sua política de agressão e de apartheid.

A própria ONU, citando declarações do seu Secretário-Geral reconhece “que os ataques do Hamas não aconteceram do nada. O povo da Palestina tem sido sujeito a 56 anos de uma ocupação sufocante. Viram as suas terras serem constantemente devoradas pelos colonizadores e assoladas pela violência. A economia está sufocada, há pessoas deslocadas e as suas casas demolidas. As suas esperanças de uma situação política para a situação têm vindo a desaparecer”.

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 18 de dezembro de 2023, num apelo à paz e à solidariedade com a Palestina e o seu povo, delibera:

1. Condenar a agressão Israelita à Faixa de Gaza e à Cisjordânia, e exigir o fim imediato dos ataques, das ocupações, das violações dos direitos humanos e do genocídio do povo palestiniano.

2. Manifestar a sua solidariedade com a Palestina e o seu povo, e apoiar a sua luta pela liberdade, pela independência, pela soberania e pela autodeterminação.

3. Apelar ao Governo Português que intervenha junto da comunidade internacional, das instituições europeias e do Governo de Israel para um cessar-fogo imediato e permanente nos territórios palestinianos da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, e para a abertura de um processo de negociação que respeite as resoluções da ONU e os direitos do povo palestiniano.

4. Instar o Governo, no respeito pela Constituição da República Portuguesa, a reconhecer o Estado da Palestina, respeitando as fronteiras de 1967 e com a capital em Jerusalém Oriental, e a estabelecer relações diplomáticas penas com o mesmo.

Aprovada, esta moção deve ser enviada para:

-Presidente da República

-Presidente da Assembleia da República

-Ministro dos Negócios Estrangeiros

-Grupos Parlamentares da Assembleia da República

-CPPC-Conselho Português para a Paz e Cooperação

-MPPM-Movimento pelos Direitos do Povo Palestiniano e pela Paz no Médio Oriente

-Embaixada de Israel em Portugal

-Embaixada da Palestina em Portugal.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, colocou a moção a discussão.

Interviu o Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, que referiu concordar com o teor da moção, no entanto lamenta alguns dos termos utilizados, como política de apartheid, o que não acredita, pois Israel é um Estado Democrático, contrariamente ao que acontece nos países vizinhos. Lamentou ainda não haver nenhuma referência ao que aconteceu no

X

dia sete de novembro, causado por um grupo terrorista do Hamas, salientando que o Hamas não quer que exista nem um Estado da Palestina, nem um Estado de Israel, mas sim um Estado Islâmico. -----

A Guerra que está a acontecer e que está a martirizar o povo da Palestina, foi provocado pelo Hamas, pelos crimes que cometeu e isso devia constar na Moção, acrescentou que votaria favoravelmente a Moção se houvesse um ponto com uma referência explicativa sobre o grupo terrorista do Hamas e ao que aconteceu no dia sete de novembro. -----

O Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, referiu que para além do que já foi referido pelo eleito do PS Senhor Manuel Mourão, há a questão que tem a ver com a política externa de Portugal, nomeadamente com o reconhecimento do Estado da Palestina e as condições em que esse Estado seria reconhecido. Um Estado do Hamas, do Fatah, da Autoridade Palestiniana, resolvidas essas questões Portugal teria nessa altura, os fóruns competentes, governo, Assembleia da República e Presidente da República para analisar a situação. Pelo que considerou que estar a debater este assunto na Assembleia Municipal, se deve fazer apenas do ponto de vista democrático, pois mais do isso é exceder as competências deste órgão. -----

Mais referiu que apesar de Israel ter um governo de Extrema Direita, tem sido, até às últimas eleições, um país democrático. Salientou os acordos de Oslo e lamentou o facto da ortodoxia de ambos os lados, Israel e Palestina, tenha vencido e que Yitzhak Rabin e Yasser Arafat tenham sido assassinados, o mundo perdeu muito. -----

O Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, apelou para que a moção apresentada, faça referência ao ataque traiçoeiro que teve lugar no dia sete de novembro, pelo Hamas e também retire a necessidade do reconhecimento do Estado Português, neste momento, do Estado da Palestina, porque não existe um Estado da Palestina, não existe governo. Portugal já reconheceu a necessidade de existirem dois Estados tal como o fez a ONU-Organização das Nações Unidas, o que é diferente de reconhecer o Estado da Palestina atualmente e nas atuais circunstâncias. -----

O Senhor João Alberto Guerreiro, eleito da CDU, referiu que gostaria de salientar três questões que foram mencionadas em relação à moção. Foi dito que a moção não fazia referência aos ataques do Hamas, quando a moção refere "Os ataques do Hamas, sendo obviamente condenáveis, não podem servir de pretexto para Israel castigar coletivamente um povo inteiro..." -----

Referiu ainda que a resolução cento e oitenta e um de mil novecentos e quarenta e sete da ONU, previu a criação de dois Estados, o Estado de Israel e o Estado da Palestina. ---

Mais referiu que em relação a se estar a ultrapassar as competências deste órgão, gostaria de lembrar que foi aprovado por este mesmo órgão, uma moção sobre a invasão da Rússia à Ucrânia. -----

O Senhor António Mário da Costa, eleito do PS, referiu serem duas coisas completamente distintas, uma coisa é a invasão de um país a outro país, outra coisa é uma organização terrorista que ataca um país. -----

O Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, solicitou que fossem lidos os pontos da moção, o que foi feito de seguida. Após a leitura referiu que não existe qualquer condenação ao que aconteceu no dia sete de novembro, salientando que apenas a parte introdutória faz referência a esse acontecimento. -----

A Senhora Carmen Figueira, eleita do BE, referiu que a constituição de um Estado depende de alguns elementos do próprio Estado, o que se verifica em relação à Palestina, a questão é que o não reconhecimento internacional implica que haja menos essa forma de pressão, países como Portugal ao reconhecerem aquele Estado estariam a ajudar o povo Palestiniano no seu direito à Nacionalidade.-----



Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta de moção a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s** Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves e Um voto a favor, da Senhora Carmen Figueira, eleita do BE. -----

Sete abstenções, das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Manuel Botelho Mourão, Ana Harea, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, João Pedro da Silva Teixeira, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, António Mário Conceição da Costa e Ricardo Jorge da Cruz. -----

Cinco votos contra, sendo quatro das e dos eleitas/os da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/a/e/s, António Manuel Alves Gamito de Matos, Luis Manuel Alves Henriques, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues e um do eleito do Chega Senhor Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro. -----

----- ORDEM DO DIA: -----

---1. Expediente. -----

A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que entrou nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, de setembro a dezembro de dois mil e vinte e três, documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número vinte e um, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

---2. Ata -----

A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a Ata nº 9, da Sessão Ordinária de 28 de dezembro de 2022. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

Não votaram a/o/s eleitas/os, Senhor/a/e/s Ana Harea, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Carmen Sofia Martins Figueira, Mário André dos Santos Mateus, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho e Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, por não ter estado presente. -----

3. Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, colocou a votação a proposta da Comissão para a Revisão ao Regimento da Assembleia Municipal, que prevê que no artigo nono número um do Regimento, passe a haver mais uma Sessão, a Sessão Solene Comemorativa do vinte e cinco de Abril. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, colocou a discussão. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

X

a) Grandes Opções do Plano e Orçamento/Dois Mil e Vinte e quatro, Dois Mil e Vinte e Oito.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA:** Submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e Orçamento Dois Mil e Vinte e quatro, Dois Mil e Vinte e Oito.

FUNDAMENTOS: UM- De acordo com o nº 46-1 do ponto 11 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) nº 26 contabilidade e relato orçamental, publicadas em anexo ao Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, na redação atual, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) ---

DOIS-Conforme o disposto na alínea c) do nº. 1 do art.º 33º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual. -----

documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número vinte e dois, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a discussão.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que este é o maior orçamento de sempre do Município de Santiago do Cacém, salientando que este é um documento realista tal como têm sido os anteriores, o que poderá ser comprovado na apresentação do documento de prestação de contas, que certamente terá uma taxa de execução na ordem dos oitenta e cinco por cento.-----

Mais referiu que a Câmara Municipal tem realizado investimentos em diversas áreas salientando, nomeadamente: -----

Na Loja de Cidadão, na Conservação e Manutenção de Instalações Municipais da ZIL de Santo André, em Equipamentos e Viaturas de Limpeza Urbana, em Equipamento Informático, na Manutenção e Conservação de Escolas, na Estratégia Local de Habitação, no ajardinamento de novos Espaços Públicos, na Requalificação do Jardim Municipal, nas ETARs de Outeiro do Lobo e Cova do Gato, na Renovação da Rede de Águas em Ermidas Sado e Abela, na Conservação de Praias, em obras no Museu Municipal de Santiago do Cacém, na reparação do ar condicionado da Biblioteca Municipal de Santo André, em Equipamentos Desportivos, no Parque Central de Vila Nova de Santo André, na requalificação da Avenida Dom Nuno Álvares Pereira em Santiago do Cacém, no Bairro dos Serrotes e no Bairro da Atalaia em Vila Nova de Santo André, em pavimentações no Município por empreitada, em pavimentação da Avenida Manuel Joaquim Pereira em Ermidas Sado, na pavimentação de Estradas Rurais, na reparação de Parques Infantis, na Eficiência Energética.-----

Referiu ainda que para além destas obras houve também um aumento de verbas para os Refeitórios Escolares, para os Auxílios Económicos, para os Transportes Escolares, para o Sistema da AMBILITAL, para as Associações de Bombeiros do Município, para o Movimento Associativo, para o Desporto, para a Cultura e para as Juntas de Freguesia. -

Mais referiu como tem acontecido em anos anteriores, e de acordo com o estipulado por Lei, são convidados os partidos com representação, na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, para participar com contributos para Grandes Opções do Plano e Orçamento. Este ano e pela primeira vez o Partido Socialista não exerceu essa prerrogativa, apesar das diligências efetuadas pela Câmara Municipal, não foi possível realizar uma reunião nem foram entregues contributo por parte do PS de Santiago do Cacém, dentro do prazo. Tendo apenas sido enviado para a Autarquia um email que deu entrada nos Serviços Municipais no dia treze de novembro, com a data de trinta de

outubro, quando o documento das GOPS estava praticamente concluído, situação que lamentou tendo em conta que o Partido Socialista é o maior partido da oposição.----- O Senhor Ricardo Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, eleito do PS, referiu que não encontrou no orçamento nenhuma referencia ao loteamento, junto à Associação de Regantes, em Alvalade. -----

Questionou ainda o motivo da discrepancia de verbas de capital para a Freguesia de Alvalade em relação a outras Freguesias (página cento e um do documento).-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu em relação ao loteamento em Alvalade, está prevista uma verba em orçamento, para após a reversão do lote para a Câmara Municipal, ser lançado concurso público, o que prevê seja possível no final de dois mil e vinte e quatro, as obras deverão iniciar em dois mil e vinte e cinco.

Em relação às transferências de verbas para as Juntas de Freguesia, solicitou ao Senhor Diretor de Departamento de Administração e Finanças, Dr. José Pereira, para esclarecer a questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade.-----

O Senhor Dr. José Pereira, referiu a Câmara Municipal enviou para todas as Juntas de Freguesia um email com a descriminação dos montantes com a indicação do que era contratos Interadministrativos transferências de competências e o que era as verbas livres, sendo possível fazer a comparação com os valores do ano anterior, tendo havido flutuações do que diz respeito aos contratos Interadministrativos, que aumentaram substancialmente, cerca de cento e cinquenta mil euros em relação aos contratos anteriores, desse montante a distribuição foi feita de acordo com o definido entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia tendo em conta as competências que foram transferidas. -----

Em relação às verbas livres o valor do ano anterior foi atualizado, quatro vírgula seis por cento, e distribuído de forma proporcional pelas Juntas de Freguesia. -----

O Senhor Ricardo Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, eleito do PS, referiu que considera que a Câmara Municipal trata as Juntas de Freguesia todas da mesma forma, no entanto ao analisar o quadro sobre a transferência verbas de capital para as Freguesias existe uma discrepancia.

O Senhor Dr. José Pereira, referiu que não houve nenhuma alteração em relação aos anos anteriores. -----

A Senhora Carmen Figueira, eleita do BE, questionou qual a dotação prevista para a eficiência energética. -----

Questionou ainda se existe algum planeamento para o abandono da utilização do glifosato. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que estes assuntos já foram debatidos em diversas Sessões desta Assembleia Municipal, acrescentando que em relação ao glifosato, enquanto não for encontrada outra solução eficiente a Câmara Municipal continuará a utilizar este produto. -----

O Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, referiu ter algumas questões sobre o documento nomeadamente: -----

-Sobre em que consiste o projeto da requalificação da Avenida Dom Nuno Álvares Pereira. -----

-Em relação à mobilidade interurbana considerou que o Município de Santiago do Cacém deveria começar a tratar de um projeto triangular entre Santiago do Cacém, Santo André e Sines, nomeadamente um metro de superfície eletrificado entre as três cidades e integrando o polo industrial e o hospital. Um projeto desta dimensão teria de

X

envolver também o Município de Sines, a CIMAL e outras entidades mais acima, no entanto não há nenhuma referência neste orçamento sobre este assunto. -----

-Em relação à área de serviço de Autocaravanas questionou onde irá ficar instalada. -----

-Nas páginas vinte e seis e vinte e sete do Orçamento menciona a instalação de serviços e equipamentos diversos, a que se refere.-----

-Relativamente à Estratégia Local de Habitação questionou o que está previsto, quais são os projetos e onde serão realizados. -----

-Na página número vinte e sete faz referência a um posto de carregamento elétrico , onde irá ficar localizado.-----

-Na rubrica Parques e Jardins existe uma verba para manutenção, no entanto referiu não ver verba para que a área verde cresça, nomeadamente com a plantação de árvores e criação de sombras nos núcleos urbanos.-----

-Na página trinta e oito, está orçamentada uma verba para Instalações Desportivas e Recreativas a que se refere.-----

Referiu ainda que é mencionado, no documento, espaços multiusos, na localidade de Cercal do Alentejo, a que se refere. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que o projeto da Avenida Dom Nuno Alvares Pereira, ainda não está concluído, quando o estiver será apresentado publicamente.-----

Em relação às áreas para caravanas ainda não está especificado o local exato, será instalado na Freguesia de Santo André, já existe um parecer técnico com a indicação de três localizações, mas ainda não está definido qual será a localização.-----

Em Estratégia Local de Habitação o documento já foi aprovado pela Assembleia Municipal e o que está previsto é o que consta no documento. -----

Em relação ao carregamento elétrico está previsto a instalação num espaço Municipal, também irá ser lançado um concurso público para a exploração num espaço público de acordo com o definido na Lei.-----

Em relação à plantação de novas árvores, está prevista sendo uma parte significativa para plantar em Vila Nova de Santo André.-----

Em relação ao Centro Cultural de Cercal do Alentejo, a intenção é requalificar a antiga praça de touros e o espaço envolvente para instalar neste locar o Centro Multiusos, estando a decorrer negociações com os proprietários. -----

O Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, referiu que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não respondeu à questão que foi colocada, quando questionou sobre a Avenida Dom Nuno Álvares Pereira, o que pretendia saber era o enquadramento político que a Câmara Municipal pretende dar ao projeto, se se pretende plantar mais árvores, ter mais estacionamento, ter ou não uma ciclovia, saber o que se pretende resolver, que utilidade e o que vai acrescentar à qualidade de vida dos munícipes.

O mesmo em relação ao Centro Cultural de Cercal do Alentejo, o que questionou foi que funções foram solicitadas para aquele espaço.-----

Em relação à estratégia local de habitação o que pretendia saber é as verbas orçamentadas para dois mil e vinte e quatro, a que se destinam e o que será feito com estas verbas.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que em relação à Avenida Dom Nuno Álvares Pereira em Santiago do Cacém, o Senhor eleito, Carlos Mesquita de Figueiredo, não fez a pergunta tão detalha, naturalmente que esta, como em todas as obras, existe uma orientação política com objetivos concretos que têm a ver com o que se pretende fazer e com questões financeiras, salientando que estas obras irão ser

executadas para servir as pessoas, são obras de mobilidade urbana financiadas por fundos comunitários, que têm como objetivo principal a mobilidade do peão. ----- O Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, salientou a dificuldade em analisar o documento devido aos vários acrónimos existentes no documento e que não estão identificados. -----

Referiu ainda que em relação à parte de introdução e do enquadramento macroeconómico existem algumas falhas, salientando que na pagina dois, quando refere a guerra entre Israel e a Palestina, mas não refere quem provocou esta guerra, o Hamas. O mesmo acontece em relação à guerra na Ucrânia, em que também não está mencionado quem provocou essa guerra, que foi a Rússia, acrescentando que em nome da verdade histórica deveriam constar essas referências. -----

Mais referiu que na página três do documento são feitas citações, em que não são identificadas as fontes nem o ano, solicitando para que haja mais cuidado, quando é consultada ou feita uma citação a fonte deve estar referenciada. -----

Acrescentou ainda que o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que este era o Orçamento com o investimento mais significativo, no entanto e como mencionado na página oito no gráfico dois, ao contrário do que foi dito, não houve crescimento, pelo contrário a percentagem do investimento é menor. Salientando que ao nível das Atividades Mais Relevantes, a maioria das obras que foram mencionadas vêm de anos anteriores, em relação às pavimentações de arruamentos caminhos e vias são despesas correntes. -----

Questionou ainda que intervenções estavam previstas para a pista pedocicável entre a serra e o mar, no campo Municipal de Vila Nova de Santo André, na piscina grande do Rio da Figueira em Santiago do Cacém, na remoção de resíduos sólidos da via pública e na organização de Serviços de Informática. -----

Questionou também se o projeto da Escola Padre António Macedo em Vila Nova de Santo André já foi apresentado à tutela e o que irá ser feito na Escola 2/3 de Vila Nova de Santo André, que em seu entender está mais degradada do que a ESPAM. -----

Referiu ainda que em relação à publicidade, considerou que o programa de rádio "Porta Aberta" é um programa de publicidade da Câmara Municipal. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que em relação à introdução do documento, os factos são os que estão mencionados. Salientando que pessoalmente condena a barbárie executada pelo Hamas, mas também o que aconteceu a seguir, em que já foram mortas mais de dezoito mil pessoas, em grande parte crianças.

Quando referiu que em dois mil e vinte e quatro seria o maior investimento de sempre, não mencionou que seria a maior percentagem, no entanto e em rigor se for analisado o PPI – Plano Plurianual de Investimento o valor para dois mil e vinte e quatro é superior ao de dois mil e vinte e três. -----

Em relação à pista pedocicável a Câmara Municipal está a aguardar há cerca de seis meses por um parecer da empresa Infraestruturas de Portugal, para poder fazer a ligação entre a rotunda junto à Estrada Nacional 261 e a Rotunda que dá acesso à Avenida Dom Nuno Álvares Pereira. -----

Em relação à intervenção no Rio da Figueira, tem a ver com a remodelação da Piscina grande e envolvente. -----

Em relação os investimentos no Campo Municipal de Santo André, tem a ver com a construção de balneários e iluminação do campo relvado. -----

Em relação à requalificação das escolas, referiu que a Escola Secundária Padre António Macedo é sem dúvida a escola que está em piores condições no Município, prova disso são os documentos emitidos pela Direção Regional de Educação do Alentejo que

W

sempre considerou a ESPAM a escola prioritária para requalificação no Litoral Alentejano. Salientando que o projeto da ESPAM, é o do Parque Escolar, tendo a Câmara Municipal vindo a solicitar o projeto após a transferência da escola, à cerca de um ano e meio, e só agora é que foram fornecidos, sendo ainda necessárias as autorizações para proceder à reformulação do mesmo, devido aos direitos de autor.

O Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, referiu que quando questionou sobre os acrónimos, pretendia saber o que significam, porque a maioria são fontes de financiamento e queria saber de onde vem o dinheiro.

Mais referiu que em relação às escolas do Litoral Alentejano, as duas primeiras escolas que entram para o Parque Escolar foram a Escola Secundária António Inácio da Cruz, em Grândola, e a segunda a Escola Secundária de Alcácer do Sal a terceira foi a Escola Secundária de Odemira e a Escola Padre António Macedo em Vila Nova de Santo André, estava prevista para a última fase.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu não ter conhecimento do que estava previsto pelo Parque Escolar, o que sabe é que esta empresa pública acabou devido ao partido que estava no governo ter caído, e as escolas não foram requalificadas. Após o governo do Engenheiro José Sócrates e do Parque Escolar, a Escola prioritária a requalificar no Litoral Alentejano foi a ESPAM, situação que é comprovada com documentos da Direção Regional de Educação do Alentejo e que obteve a concordância dos cinco presidentes de Câmara do Litoral Alentejano que sempre consideraram esta escola prioritária.

Mais referiu que as opções que foram feitas pelo governo do Partido Socialista de dois mil e nove a dois mil e onze, foram opções políticas e se a prioridade não foi pela escola que mais necessitava de obras, mas a partido que geria a política local, infelizmente isso pode ter acontecido.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, solicitou ao Senhor Dr. José Pereira para responder às questões colocadas pelo eleito Senhor Manuel Mourão sobre do documento. O Senhor Dr. José Pereira referiu o documento obedece ao Modelo que está aprovado por diploma legal, e como tal obedece ao que a Lei define que deve ser, o conteúdo do documento é aquele que os órgãos políticos decidem que deve ser.

Em relação aos acrónimos e às fontes de financiamento também está definido no documento o que são.

Atingidas que foram as vinte e quatro horas, a Senhora Presidente colocou à consideração da Assembleia Municipal o prolongamento dos trabalhos, por mais trinta minutos, de acordo com o previsto no Regimento.

Foram levantadas objeções pela Senhora Carmen Figueira, eleita do BE, que considerou que seria pouco produtivo a continuação dos trabalhos e que deveria ser agendada uma nova reunião, para conclusão dos trabalhos desta Sessão.

Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi aprovada, por maioria, com cinte e seis votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, cinco, das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Ana Harea, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de

Figueiredo, João Pedro da Silva Teixeira, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva e do Senhor Ricardo Jorge da Cruz, quatro das e dos eleitas/os da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/a/e/s, António Manuel Alves Gamito de Matos, Luis Manuel Alves Henriques, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, e um do eleito do Chega Senhor Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro.---
Três votos contra, sendo dois dos eleitos do PS, Senhores Manuel Botelho Mourão, António Mário Conceição da Costa e um da eleita do BE Carmen Sofia Martins Figueira

O Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, referiu que as insinuações do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre que o governo do Partido Socialista não financiar investimentos nas Autarquias da CDU, lembra que, apesar da resistência das Câmaras Municipais da CDU, que apelidaram de elefante branco, o complexo de Sines, foi o Primeiro do Ministro do PS, Mário Soares, que avançou com o projeto, que é hoje o maior exportador nacional.

Referiu ainda que o Senhor Presidente da Câmara Municipal quer criar centralidades na cidade de Santiago do Cacém, tem também de criar estacionamentos, lamentando que não sejam aproveitadas verbas do Plano de Recuperação e Resiliência e do Programa POLIS.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que quem assinou para o projeto avançar foi o então Primeiro Ministro Vasco Gonçalves, do PCP, não foi o Ex Primeiro Ministro Mário Soares.

Em relação ao estacionamento existe bastante estacionamento em Santiago do Cacém, lamentavelmente ainda existe quem não consiga perceber que atualmente se caminha no sentido de retirar o transito de dentro das cidades.

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves e um do Senhor Ricardo Jorge da Cruz, eleito do PS.

Seis abstenções, das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Manuel Botelho Mourão, Ana Harea, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, João Pedro da Silva Teixeira, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, António Mário Conceição da Costa. ---
Seis votos contra, sendo quatro das e dos eleitas/os da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/a/e/s, António Manuel Alves Gamito de Matos, Luis Manuel Alves Henriques, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, um da eleita do BE Carmen Sofia Martins Figueira e um do eleito do Chega Senhor Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro.

DECLARAÇÃO DE VOTO: Pelos eleitos do PS, foi apresentada a seguinte Declaração de Voto: “Considerando:

1-A impossibilidade de a Câmara Municipal ter acedido em tempo útil aos contributos do Partido Socialista para o Orçamento e Plano para o ano de 2024.

2-As propostas concretizadas em Sessão de Câmara pelos vereadores do Partido Socialista que propuseram o reforço de verbas a atribuir para;



- a) O apoio financeiro às IPSS's do concelho. -----
- b) O parque público municipal habitacional para arrendamento a preços acessíveis. -----
- c) As bolsas de estudo. -----

3-A possibilidade já manifestada pelo Executivo da Câmara Municipal de estes contributos poderem ainda vir a ser integrados quando conhecido com exactidão o valor não executado em 2023 e a transitar para 2024; -----

4- O facto de as propostas de Orçamento e Plano serem omissas nos seguintes domínios:
a) Da arborização dos núcleos urbanos do Concelho, nomeadamente da Sede do Concelho. -----

b) Programa para a construção de parque/s de estacionamento Central/ais que resolva/m este grave problema da Sede do Concelho. -----

c) Manutenção da percentagem do IRS a pagar pelos municíipes. -----

d) A não implementação do IMI Familiar. -----

Os deputados Municipais do partido Socialista abstêm-se na votação tanto do Plano como do Orçamento para 2024".-----

Pelos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte Declaração de Voto: “A CDU votou favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024, num quadro saído de uma maioria absoluta do PS onde tudo se agravou. -----

Um quadro em que os trabalhadores empobrecem trabalhando cada vez mais, o direito à saúde e a um SNS universal e gratuito definha com a opção de capitalizar os hospitais particulares, desmerecendo médicos e demais trabalhadores do sector propiciando, propositadamente, a fuga para o privado. Na habitação, o Poder Central tenta de “mansinho” aligeirar responsabilidades e remetê-las para as autarquias. Paralisou a construção de novos fogos, propôs aumentos de renda, como não se verificava há mais de trinta anos e não foi capaz de sustar o aumento das prestações das casas permitindo os lucros escandalosos da banca e dos especuladores. A escola pública burocratizou-se, os professores anseiam pelo desbloquear da carreira e trabalhar com dignidade. Curiosamente, todos os que se opunham a esta medida, hoje em tempo eleitoral, consideram-na viável e justa.-----

Já o presente documento procurou assumir os contributos dos partidos que entendam fazê-lo, bem como de todas as Juntas de Freguesia do concelho. Enquanto a CMSC aumenta as suas verbas de apoio ao movimento associativo, corporações de bombeiros, habitação, apoio às freguesias, é caso para questionar: que apoios recebe o movimento associativo do Estado? Quando foi o último aumento do apoio prestado pelo Estado às corporações de bombeiros? Quando foi o último investimento do Estado em habitação no concelho? Quantos anos esteve o Estado sem cumprir com a Lei das finanças locais junto das Juntas de freguesia e câmaras municipais? Em tudo isto, a CMSC não só tem cumprido as suas obrigações, como aumentado consecutivamente os apoios.-----

A CDU congratula-se com o orçamento de 52,1 milhões de euros, o maior de sempre, que reflete a capacidade de captação de fundos comunitários e a boa execução orçamental.-----

A CDU saúda os investimentos previstos em todas as áreas, destacando alguns de maior relevância, como a regeneração urbana, o saneamento, a habitação, a educação e a cultura. A CDU valoriza também o aumento dos apoios ao movimento associativo e aos bombeiros, bem como a redução da carga fiscal sobre os municíipes e as empresas. A CDU destaca alguns dos investimentos em obras com mais significado, como a requalificação do Bairro dos Serrotos, em Vila Nova de Santo André, a Loja do Cidadão e o jardim Municipal, em Santiago do Cacém, já em curso, bem como a Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) do Outeiro do Lobo, a Requalificação da

avenida em Santiago do Cacém, do Bairro da Atalaia, em Vila Nova de Santo André, da Avenida da Estação, em Ermidas Sado, e do Largo dos Caeiros, em Cercal do Alentejo. A CDU salienta ainda o incremento do apoio às Juntas de Freguesia, no âmbito dos contratos Interadministrativos e de execução, e o lançamento dos concursos públicos, no âmbito da Estratégia Local de Habitação (ELH).-----

A CDU considera que este orçamento é um instrumento de afirmação dos valores de Abril, que se celebram em 2024 com um programa alargado e diversificado. A CDU reafirma o seu compromisso com os interesses e as aspirações das populações de Santiago do Cacém, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para o reforço da coesão territorial.-----

A CDU orgulha-se do trabalho que tem desenvolvido na Câmara de Santiago do Cacém, com uma gestão participada, transparente e rigorosa, que tem colocado o concelho na vanguarda do desenvolvimento regional. A CDU tudo fará para continuar a fazer de Santiago do Cacém um concelho cada vez melhor para a viver, trabalhar e visitar".-----

Pela eleita do BE, foi apresentada a seguinte Declaração de Voto: “É um orçamento que mostra algumas boas intenções, é o caso do acompanhamento da inflação do aumento das verbas às cooperações de Bombeiros, mas nada estrutural, a atuação referente à Estratégia Local de Habitação e à produção de energia no Município, que são as nossas prioridades.-----

É um orçamento de gestão corrente, o Senhor Presidente refere que é o maior orçamento de sempre, no entanto é estruturalmente apoiado nos Fundo Europeus, no Portugal 20/30 e no PRR. Por não responder às permanentes necessidades da população do que diz respeito à grande problemática da habitação e descentralização da autossuficiência energética no Município o Bloco vota contra” -----

b) Mapa de Pessoal 2024.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA: UM-** Submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Mapa de Pessoal para 2024, com identificação dos postos de trabalho, cujas funções preenchem os requisitos de penosidade e insalubridade e nível atribuído. -----

DOIS- Aprovar a atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade aos trabalhadores que desempenham funções nas áreas de recolha e tratamento de resíduos e tratamento de efluentes, higiene urbana, saneamento, procedimentos de inumações, exumações, transladações, cremação, abertura, aterro e arranjo de sepulturas, limpeza de canis e recolha de cadáveres animais, bem como de asfaltamento de rodovias, correspondente ao nível alto de penosidade e insalubridade, no valor de 4,99€ ou 15% da remuneração base diária, sendo abonado a que corresponde ao valor superior, por cada dia efetivamente prestado, em sujeição àquelas condições, com efeitos reportados a 01 de janeiro de 2024. -----

FUNDAMENTOS: De Facto: Tendo em conta a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, o mapa de pessoal contem a indicação do número de postos de trabalho necessários para o desenvolvimento das atividades de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução, bem como a identificação dos postos de trabalho da carreira geral de assistente operacional cuja caracterização implica o exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade, e nível atribuído e é aprovado pela Assembleia Municipal. -----



De Direito: De acordo com o disposto nos artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro.

documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número vinte e três, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a discussão.-----
Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor**, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves e um do Senhor Ricardo Jorge da Cruz, eleito do PS.-----

Doze abstenções, sendo seis das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Manuel Botelho Mourão, Ana Harea, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, João Pedro da Silva Teixeira, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, António Mário Conceição da Costa, quatro das e dos eleitas/os da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/a/e/s, António Manuel Alves Gamito de Matos, Luis Manuel Alves Henriques, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, uma da eleita do BE Carmen Sofia Martins Figueira e uma do eleito do Chega Senhor Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro.-----

c) **Apoio às Freguesias do Município de Santiago do Cacém - Ano de 2024** -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal a aprovação dos seguintes apoios às freguesias, a atribuir em 2024, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações:-----

| Apoio às Freguesias do Município de Santiago do Cacém - 2024 | | | |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|
| Freguesia | Transf. Correntes | Transf. Capital | Total |
| Abela | 6.286,00€ | 14.561,00€ | 20.847,00€ |
| Alvalade | 10.144,00€ | 26.789,00€ | 36.933,00€ |
| Cercal do Alentejo | 14.471,00€ | 28.389,00€ | 42.860,00€ |
| Ermidas Sado | 13.189,00€ | 12.512,00€ | 25.701,00€ |
| Santo André | 48.630,00€ | 15.172,00€ | 63.802,00€ |
| São Francisco da Serra | 19.316,00€ | 8.200,00€ | 27.516,00€ |
| União Freguesias Santiago Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu | 104.999,00€ | 55.135,00€ | 160.134,00€ |
| União Freguesias São Domingos e Vale de Água | 13.709,00€ | 26.597,00€ | 40.306,00€ |
| TOTAL | 230.744,00€ | 187.355,00€ | 418.099,00€ |


FUNDAMENTOS: **De Facto:** **UM:** As freguesias são entidades autárquicas que prestam, por excelência, serviços de proximidade às populações;-----

DOIS: Tal realidade acentua-se num Município como o de Santiago do Cacém, dada a sua extensão territorial e as diversas necessidades populacionais;-----

TRÊS: Estas autarquias recebem transferências da Administração Central, manifestamente insuficientes para que possam fazer face aos custos inerentes aos já referidos serviços que prestam às populações;-----

QUATRO: Ainda que competisse à Administração Central que as transferências de verbas que realiza para as freguesias sejam ajustadas e proporcionais às competências conferidas, importa garantir a continuidade da prossecução, promoção e salvaguarda dos interesses próprios das populações através das Juntas de Freguesia;-----

CINCO: Encontra-se previsto nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024 dotações que englobam os apoios em causa.-----

De Direito: **UM:** Compete à Câmara Municipal apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta, de acordo com o artigo 33.º n.º 1, alínea ccc) do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

DOIS: Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, de acordo com artigo 25.º n.º 1, alínea j) do supracitado regime. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a discussão.-----
Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**-----

d) Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências na área da Educação nos Agrupamentos de Escolas de Cercal do Alentejo, Prof. Arménio Lança (Alvalade), de Santiago do Cacém e de Santo André, e respetivas Adendas – Revogação dos Contratos em vigor e aprovação de novos Contratos. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA:** **UM-**Submeter a deliberação de Câmara a revogação:-----

a) de todos os Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências na área da Educação com os Agrupamentos de Escolas de Cercal do Alentejo, Prof. Arménio Lança (Alvalade), de Santiago do Cacém e de Santo André (vulgo Contratos “gerais”) e respetivas Adendas, assinados em 9 de maio de 2022 e em 6 de julho de 2023; -----

b) dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências para Gestão e Funcionamento dos Refeitórios Escolares da Escola Básica n.º 1 de Cercal do Alentejo e da Escola Básica Prof. Arménio Lança (Alvalade), assinados em 9 de maio de 2022, e das respetivas Adendas, assinadas, no caso do Agrupamento de Escolas de Cercal do Alentejo em 27 de março e em 6 de julho, ambos de 2023, e, no caso do Agrupamento de Escolas Prof. Arménio Lança (Alvalade), assinada em 6 de julho de 2023; -----

c) de todas as Adendas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências na área da Educação referentes às Atividades de Enriquecimento Curricular, celebrados com os Agrupamentos de Escolas de Cercal do Alentejo, Prof. Arménio Lança (Alvalade) e de Santo André, assinadas em 12 de setembro de 2022 e em 6 de julho de 2023; -----

DOIS-Submeter a deliberação de Câmara as minutas dos novos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências na área da Educação nos



Agrupamentos de Escolas de Cercal do Alentejo, Prof. Arménio Lança (Alvalade), de Santiago do Cacém e de Santo André; -----

TRÊS-Submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização nos termos legais, a revogação dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências na área da Educação identificados no número **UM** desta proposta; -----

QUATRO-Submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização nos termos legais, as minutas dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências na área da Educação identificados no número **DOIS** desta proposta. -----

FUNDAMENTOS: **UM**-Artigo 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto; Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na redação atual; Portaria n.º 9/2023, de 4 de janeiro; Portaria n.º 10/2023, de 4 de janeiro; Portaria n.º 262/2023, de 17 de agosto; Decreto-Lei n.º 16/2023, de 27 de fevereiro; alíneas k) e l) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) e n) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual. -----

DOIS-Complexidade de articulação dos 19 documentos aprovados (Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências na área da Educação e respetivas Adendas); -----

TRÊS-Não coincidência entre o período de vigência dos Contratos e Adendas, de abril a março do ano civil seguinte, e o período de vigência dos orçamentos dos Agrupamentos de Escolas, cada ano civil; -----

QUATRO-O percurso temporal das verbas, após a sua transferência da Câmara Municipal para os Agrupamentos de Escolas, que obriga estes a devolvê-las ao Estado, que, por sua vez, o devolve aos Agrupamentos 1 a 2 meses depois, o que se traduz num intervalo temporal durante o qual os Agrupamentos viviam com alguns condicionamentos financeiros, com impacto no relacionamento com os seus fornecedores; -----

CINCO-As presentes propostas de minutas foram previamente avaliadas pelos Agrupamentos de Escolas. -----

documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número vinte e quatro, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a discussão. ----- Intervio o Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, que referiu que a transferência de verbas por trimestre, pode causar alguns problemas às escolas, considerando que deveria estar estabelecido que a transferência fosse efetuada no primeiro mês do trimestre. -----

Questionou ainda se estava ou não vedada a possibilidade aos Diretores das Escolas poderem entregar as AEC-Atividades de Enriquecimento Curricular a empresas privadas, salientando que é contra a privatização do ensino público, as AEC são atividades para o enriquecimento curricular dos alunos do 1º ciclo, essas atividades não devem ser entregues a uma empresa, chamando a atenção para as consequências que dão advêm, nomeadamente a qualidade dos técnicos, o valor que estes recebem das empresas pela prestação do serviço e a tentativa por parte das empresas de iludirem o número de alunos a frequentar estas atividades. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que as questões agora colocadas pelo Senhor Manuel Mourão, eleito do PS nesta Assembleia Municipal já foram debatidas em Sessões anteriores, esta proposta apenas visa a alteração da transferência de verbas, do ano letivo para o ano civil. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor**, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo

Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves e seis das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Ana Harea, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, João Pedro da Silva Teixeira, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, António Mário Conceição da Costa e Ricardo Jorge da Cruz, eleito do PS, quatro das e dos eleitas/os da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/a/e/s, António Manuel Alves Gamito de Matos, Luis Manuel Alves Henriques, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, uma da eleita do BE Carmen Sofia Martins Figueira e um do eleito do Chega Senhor Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro. -----
Uma abstenção, do Senhor Manuel Botelho Mourão, eleito do PS. -----

e) **Assunção de compromissos plurianuais - empreitada de execução de revestimento duplo, em caminhos no concelho.** -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA: UM** - Solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia para a assunção de compromissos para o ano de 2024 no âmbito do contrato que se pretende celebrar para a “empreitada de execução de revestimento duplo em caminhos e vias no concelho”, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro. -----

DOIS - A assunção de encargos atualmente prevista irá ter lugar apenas no próximo ano, e é a seguinte: -----

Ano 2024: 585 000,00€ + IVA = 620 100,00€. -----

FUNDAMENTOS: a) - De acordo com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente; -----

b) - Para efeitos de cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na redação atual; -----

c) - Tendo em consideração a necessidade de reprogramação dos trabalhos que constituem a empreitada, e que se prevê venham a ocorrer já no ano de 2024. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a discussão. -----
Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e dois votos a favor**, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, quatro das e dos eleitas/os da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/a/e/s, António Manuel Alves Gamito de Matos, Luis Manuel Alves Henriques, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, um do Senhor


Ricardo Jorge da Cruz, eleito do PS Figueira e um do eleito do Chega Senhor Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro.

Sete abstenções, sendo seis das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Manuel Botelho Mourão, Ana Harea, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, João Pedro da Silva Teixeira, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, António Mário Conceição da Costa, uma da eleita do BE Carmen Sofia Martins.

DECLARAÇÃO DE VOTO: Pela eleita do BE, foi apresentada a seguinte

Declaração de Voto: “A Abstenção do Bloco de Esquerda, deve-se ao facto de não ser referido quais os caminhos e de não haver informação suficiente para que possam tecer considerações”.

f) **Subscrição de licenciamento de Software de produtividade**

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA:** Solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do contrato que se pretende celebrar para a “Subscrição de licenciamento de Software de produtividade”, para o período de 12 meses, com início previsto a 01 de janeiro de 2024, e com o encargo estimado de 131.000,00€, a que acrescerá o IVA à taxa legal em vigor.

FUNDAMENTOS: a) - De acordo com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

b)- Para efeitos de cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, na redação vigente.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a discussão.
Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e dois votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, quatro das e dos eleitas/os da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/a/e/s, António Manuel Alves Gamito de Matos, Luis Manuel Alves Henriques, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, um do Senhor Ricardo Jorge da Cruz, eleito do PS Figueira e um do eleito do Chega Senhor Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro.

Seis abstenções, sendo seis das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Manuel Botelho Mourão, Ana Harea, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, João Pedro da Silva Teixeira, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, António Mário Conceição da Costa.

Um voto contra, da eleita do BE Carmen Sofia Martins.

DECLARAÇÃO DE VOTO: Pela eleita do BE, foi apresentada a seguinte

Declaração de Voto: “O nosso voto contra, vai no sentido de ter sido restrito a documentação relativa ao software em causa. A declaração de voto é porque termos algumas reservas sobre este tipo software, que pode ser bom para quem trabalha, mas pode ser mau e induzir á hipemotorização dos trabalhadores e subcarga, focar



demasiadamente no que é o liberalismo e a sua noção muito peculiar do que deve ser a produtividade, e por desconhecermos, por não ter informação, se foram ouvidas as Comissões de trabalhadores". -----

g) Aprovação da versão final do Projeto de Regulamento do Prémio Literário Escolar – Escrever com Prazer do Município de Santiago do Cacém, e remessa do mesmo para aprovação da Assembleia Municipal.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA:** Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a versão final do Projeto de Regulamento do Prémio Literário Escolar – Escrever com Prazer do Município de Santiago do Cacém. -----

FUNDAMENTOS: De Facto: O Código do Procedimento Administrativo prevê que a iniciativa de elaboração ou alteração de regulamentos municipais seja publicado no site da entidade, com indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, do seu objeto, e a forma como se podem constituir interessados, bem como apresentação de contributos, cf. artigo 98º n.º 1 do C.P.A.; Atendendo ao acima exposto, foi aprovado por Deliberação da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, de 7 de junho de 2023, o início do procedimento de elaboração do Regulamento do Prémio Literário Escolar – Escrever com Prazer do Município de Santiago do Cacém, que foi publicado no site da Câmara Municipal de Santiago do Cacém; O prazo definido para que os interessados pudessem enviar os seus contributos foi o dia 27 de junho de 2023 até às 18 horas através do email smba@cm-santiagocacem.pt ou entregar os mesmos diretamente na Biblioteca Municipal Manuel da Fonseca, sito na Rua Engenheiro Costa Serrão 5, 7540-185 Santiago do Cacém, até às 18 horas do mesmo dia; Não foram enviados quaisquer contributos sobre a matéria em causa; O Código do Procedimento Administrativo prevê no Artigo 100º n.º 1 que “Tratando-se de regulamento que contenha disposições que afetem de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, o responsável pela direção do procedimento submete o projeto de regulamento por prazo razoável, mas não inferior a 30 dias, a audiência dos interessados que como tal se tenham constituído no procedimento.”; O Artigo 100º n.º 3 alínea c) do novo C.P.A. dispõe que “O responsável pela direção do procedimento pode não proceder à audiência quando: a)... b)... c) O número de interessados seja de tal forma elevado que a audiência se torne incompatível, devendo nesse caso proceder-se a consulta pública;”; Dispõe ainda o Artigo 101º n.º 1 do novo C.P.A. que “No caso previsto na alínea c) do n.º 3 do artigo anterior ou quando a natureza da matéria o justifique, o órgão competente deve submeter o projeto de regulamento a consulta pública, para recolha de sugestões, procedendo, para o efeito, à sua publicação na 2º série do Diário da República ou na publicação oficial da entidade pública, e na Internet, no sítio institucional da entidade em causa, com visibilidade adequada à sua compreensão.”; Ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º e alínea g) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro, bem como do disposto no Artigo 100º, n.º 1 e n.º 3 alínea c) e Artigo 101º do C.P.A., foi aprovada por Deliberação da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, de 6 de julho de 2023, a submissão do projeto de Regulamento do Prémio Literário Escolar – Escrever com Prazer do Município de Santiago do Cacém a consulta pública, cumprindo-se o preceituado legal; Da consulta pública não resultaram quaisquer contributos. -----

De Direito: O disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º e alínea g) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----



Documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número vinte e cinco, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a discussão.-----
Interveio o Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, que referiu concordar completamente com a ideia de atribuição de um prémio literário, no entanto o regulamento não clarifica alguns aspectos que considerou importantes, como o género literário e o número de palavras mínimas a utilizar.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que este é um processo que está a ser acompanhado pela Senhora Vereadora Sónia Gonçalves, que hoje não lhe foi possível estar presente nesta Sessão, no entanto considera que se o regulamento não restringe é porque permite.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor**, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves e sete das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Manuel Botelho Mourão, Ana Harea, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, João Pedro da Silva Teixeira, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, António Mário Conceição da Costa e Ricardo Jorge da Cruz, quatro das e dos eleitas/os da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/a/e/s, António Manuel Alves Gamito de Matos, Luis Manuel Alves Henriques, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, e um do eleito do Chega Senhor Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro. ---
Um voto contra, da eleita do BE Carmen Sofia Martins Figueira.-----

DECLARAÇÃO DE VOTO: Pelo eleito do PS, Senhor Manuel Mourão, foi apresentada a seguinte Declaração de Voto: “Voto a favor, mas que haja uma clarificação em relação ao género literário e do número mínimo de palavras, para que não existam dúvidas”. -----

Pela eleita do BE, foi apresentada a seguinte Declaração de Voto: “O Bloco vota contra, porque desconhece se existem iniciativas que promovam a cooperação neste mesmo sentido e com os mesmos objetivos. Votamos contra porque consideramos que concursos geram competitividade geram injustiça, são baseados na lógica do mérito e como tal essa lógica é falsa é neoliberal, consideramos que vai contra aos métodos pedagógicos que atualmente se advogam, por isso o nosso voto” ----- .

5. ATIVIDADE AUTÁRQUICA-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha que apresentou a Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de agosto a outubro de 2023, documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número vinte e seis ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou o documento para discussão.-----

A Senhora Carmen Figueira eleita do BE, referiu que na página trinta e três do documento da Atividade Autárquica é referido houve um aumento significativo da

receita resultante da venda de lotes terreno em Vila Nova de Santo André, em de hasta pública. O Bloco de Esquerda de Santiago, questionado a Câmara Municipal, sobre este assunto, através dos requerimentos de quinze de julho e dezassete de setembro, não tendo até à data tido qualquer resposta. -----

Mais referiu que gostariam de ter uma resposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, por considerarem que as hastas públicas são uma ferramenta de especulação imobiliária e não de regulação do mercado. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu não ter de memória nenhum requerimento do Bloco de Esquerda, no entanto irá verificar. -----
Não houve mais inscrições para o uso da palavra. -----

A Senhora Presidente desejou Boas Festas e Feliz Ano Novo a todos. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pela Senhora Primeira Secretária a relação, em Minuta, das deliberações tomadas na Sessão, a constar em Ata. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade.** -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, às zero horas e trinta minutos.-----

Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

Helo